

mi. | A Africa e a luta de libertação nacional nas colónias  
portuguesas

I - A conjuntura africana

II - O movimento de libertação nacional nos países não-independentes

III A O.U.A.

~~\_\_\_\_\_~~  
No momento em que se torna necessário reforçar o combate decisivo e concertado para a ascensão dos povos sob dominação portuguesa à independência nacional, impõe-se tirar conclusões comuns de uma análise da conjuntura africana.

O conhecimento das tendências e das correntes políticas presentes no continente permite-nos medir o grau da nossa participação directa ou indirecta na elaboração das linhas de força que, estes últimos anos, introduzem uma nova dimensão e abrem perspectivas mais amplas de acção unitária contra a dominação colonial e o imperialismo.

~~\_\_\_\_\_~~ importante lembrar que, até 1961, a atenção dedicada ao facto colonial português e o papel das nossas organizações nacionalistas no conjunto pan-africano, eram obscurificados, não por causa da falta de vigor da nossa luta. Essa menor importância do nosso <sup>caso</sup> em relação aos outros casos coloniais resultava tanto da situação secundária de Portugal entre as potências coloniais então em conflito aberto com os povos que dominavam, como da própria eficácia da máquina de propaganda portuguesa que conseguiu ~~consagrar~~ <sup>consagrar</sup>, até entre muitos africanos, o mito da fraternidade multi-racial. ~~\_\_\_\_\_~~

A luta silenciosa e heróica travada pelos nossos povos no plano político - a qual encheu de patriotas as prisões coloniais portuguesas e gerou os primeiros mártires da nossa libertação - não conseguia obter o eco a que tinha juz no plano das realidades africanas. Por outro lado, se a denúncia activa e multiforme dos ~~seus~~ crimes do colonialismo português, levada a cabo pelas nossas organizações, conseguiu despertar alguma atenção e gestos de solidariedade, temos de reconhecer que estes resultados não traduziram qualquer modificação radical da Africa diante da nossa contestação à dominação portuguesa.

Mas o desencadeamento da luta armada contra o colonialismo português sucessivamente em Angola, Guiné e Moçambique, veio introduzir um elemento novo na realidade africana. Tendo consumado a elevação do movimento de libertação nacional dos nesses países ao plano dos ~~factos~~ <sup>factos</sup> principais da conjuntura africana, a nossa luta armada de libertação nacional realçou a identidade das condições de existência e das aspirações dos nossos povos,

impôs a personalidade de cada um deles no quadro da comunidade africana e abriu perspectivas renovadas, ~~se não novas~~, à evolução das três regiões do continente a que pertencem os nossos países.

Quer em relação aos países vizinhos dos nossos, quer nos quadros regionais ou à dimensão <sup>continental</sup> ~~mundial~~, uma atenção especial passou a ser dada, ~~abertamente~~ ou não, ao nosso combate libertador. De elementos passivos, condicionados por uma dominação particularmente retrógrada e pelas contingências políticas dos povos vizinhos, passamos a ser um factor activo do processo histórico em curso no continente. O nosso destino - o dos nossos povos - adquiriu assim uma vinculação explícita e ~~irreversível~~ <sup>quasi-irreversível</sup> ao destino da África forjado ~~irreversivelmente~~ <sup>quasi-irreversivelmente</sup> na luta comum contra a dominação estrangeira.

Se este facto dá a medida das nossas responsabilidades perante nós mesmos e perante a África, ele significa também que a consideração das legítimas aspirações dos nossos povos à paz, à liberdade e ao progresso e a necessidade de defesa intransigente das conquistas que eles realizem nesse domínio, terão de estar presentes em toda e qualquer solução postulada ou a postular para os problemas que interessam a toda a África.

Destruindo, pelo seu próprio esforço e sacrifícios, o "muro de silêncio" que a ~~conspiração~~ imperialista erguera em torno dos nossos países e da sua realidade dramática, os nossos povos conquistaram o direito ~~de~~ de fazer ouvir a sua voz no côro muitas vezes contraditório das reivindicações da África e ~~a~~ afirmação progressiva <sup>da</sup> ~~da~~ personalidade perante o mundo.

É a luz desta realidade viva que devemos encarar a conjuntura africana nesta fase decisiva da história dos nossos povos.

## I - A CONJUNTURA AFRICANA

Em maio de 1961, era cómodo "classificar" os governos dos Estados independentes de África num ou outro "bloco" que consagrava a sua divisão.

Se é verdade que, em certos casos, as orientações políticas e sociais ou as opções doutrinárias pareciam tornar incompatível a "coexistência" de regimes e impraticável a solidariedade entre eles, dois problemas desta época polarizavam sobretudo as divergências africanas: a brutalidade das ingerências estrangeiras no Congo e o ~~primo~~ apoio à luta do povo argelino.

Os compromissos que estiveram na base do acesso à soberania nacional de numerosos países, por volta de 1960, explicavam finalmente as reticências duma parte da África na dependência do Ocidente. Isso impedia certos ~~países~~ responsáveis de realizar o carácter indivisível da liberdade e da independência nacional.

A terceira sessão da Conferência dos Povos Africanos, realizada um mês depois do desencadeamento da primeira frente de luta armada contra o colonialismo português, punha justamente em evidência as insuficiências e os limites da independência política dos "Estados emergentes".

Na resolução adoptada por essa Conferência sobre o neo-colonialismo

nial a despeito do reconhecimento formal da independência política dos Estados emergentes que se tornam as vítimas duma dominação directa e subtil nos planos político, económico, social, militar ou técnico, representa o maior perigo que ameaça os países africanos que recentemente recuperaram a sua independência ou os que dela se aproximam".

(...) "Os exemplos do Congo, da Comunidade francesa e da Federação das Rodésias -Nyassalândia... indicam que o sistema colonial e o imperialismo internacional, apercebendo-se da sua impotência perante o desenvolvimento dos movimentos revolucionários no continente africano, empregam os meios ~~mais~~ <sup>mais</sup> diversos para salvaguardar o essencial do seu poder económico e militar". (Resolução sobre o neo-colonialismo).

Mas a Conferência dos Povos Africanos concluía no Cairo, em Março de 1961, o último acto da sua luta, no quadro fixado pelas 62 organizações nacionalistas em Accra, em dezembro de 1958.

Compreender-se-á melhor porque ~~se~~ não foi por acaso que se realizou a nossa Conferência constitutiva em Casablanca (Abril de 1961). Não havia absolutamente nada de surpreendente pelo facto de em Monróvia, no principio de maio desse mesmo ano, os participantes a este encontro se terem pronunciado em favor do direito legítimo do povo angolano à... autonomia. O desfazamento era evidente entre as posições públicas de um bom número de Estados africanos e as reivindicações fundamentais dos movimentos em luta pela independência nacional.

Novos factores, entre os quais a pressão das massas populares no sentido de uma libertação completa, a entrada em cena da Argélia independente, o refluxo temporário da crise congoleza, modificaram em consequência a face dividida da Africa. O desaparecimento das antigas ~~hipotecas~~ <sup>hipotecas</sup> que pesavam sobre a solidariedade com a luta dos povos dependentes, de uma parte, a ~~compreensão~~ <sup>compreensão</sup> das contradições principais em Africa, por outra, ~~tem~~ <sup>tem</sup> levaram ao desaparecimento dos "blocos políticos".

Alguns estados africanos que são frequentemente considerados como a vanguarda do continente, ~~apreciando-se~~ <sup>apreciando-se</sup> de que a acentuação das contradições internas existentes em Africa, contradições na base da diversidade de opções políticas, das vias de desenvolvimento e a diversidade dos regimes, constituia de facto um trunfo nas mãos do imperialismo que, explorando-o, pretende perpetuar a balcanização do continente. Por outro lado, a evolução vertical de tal ou tal Estado tomado individualmente não fazia senão consagrar o seu isolamento. A ~~divisão~~ <sup>divisão</sup> não podia igualmente senão incitar os países africanos a procurar <sup>em</sup> ~~forças~~ <sup>forças</sup> ~~externas~~ <sup>externas</sup> as forças de apoio do seu desenvolvimento.

Sob a forma d'injunção - A África deve unir-se - inde até à formação imediata dum núcleo para um governo continental ~~em~~ sob a forma de apelos bem intencionados em vista duma cooperação interessada a sobrevivência das equipas no poder, a unidade africana torna-se uma componente da política dos Es-

tades africanos.

Pertante, a conjuntura actual resulta de um desenvolvimento progressivo de três fases: A primeira, ~~concretizada~~ <sup>caracterizada</sup> pelo triunfo da independência política, antes de tudo; a segunda, pela pesquisa dum conteúdo real desta independência, através da reivindicação da libertação económica; e a terceira, seu prolongamento, levando a este equilíbrio da coexistência das razões de Estado, no quadro da unidade africana, paralelamente à afirmação duma personalidade distinta da África, liberta do dilema de uma escolha entre os grandes blocos de potências.

Um outro elemento da conjuntura africana ~~é~~ <sup>é</sup> representado pelos acordos regionais com base na cooperação económica, ou pelos reagrupamentos comandados por uma herança comum da época colonial. Esses acordos e reagrupamentos não cobrem necessariamente uma identidade de opções políticas, implicando em certos casos uma coexistência de regimes, frágil por natureza. Na hora actual, essa fragilidade é posta à prova pelas manipulações das intervenções estrangeiras, em particular no "caso congolês."

Cada vez que o imperialismo se empenha numa partida decisiva pela sua sobrevivência económica numa região vital de continente, os fundamentos da unidade africana são sacudidos. Em vez de uma convergência de opções, à luz das aspirações dos povos em causa, assiste-se ao balanceio das atitudes, à condenação formal da assistência dada por alguns às forças visadas pela intervenção imperialista, sob o pretexto do princípio sagrado da não ingerência nos assuntos internos.

As reacções registadas à brutalidade da operação de Stanleyville e aos seus prolongamentos que constituem hoje a "questão congoleza" fornecem a medida da fragilidade da solidariedade interafricana. O problema de fundo continua de pé: as contradições inerentes à natureza de poder político dos Estados.

## 1 - O Movimento de libertação nacional nos países não-independentes.

A exemplo dos nossos países, as modalidades de acção utilizadas nos territórios não-autónomos da África, ~~têm~~ <sup>têm</sup> a sua justificação no tipo de opressão sofrida pelos seus povos.

O movimento libertador nas zonas sob dominação espanhola, francesa, britânica e da minoria racista sul-africana atingiu estádios diferentes de desenvolvimento e não procede de uma doutrina política comum. Mas no conjunto, as vitórias conquistadas sobre a dominação estrangeira por cada um destes países não deixa de ter incidência sobre o nosso combate libertação nacional. De mesmo modo, a existência da luta armada, por vezes às suas fronteiras, abre novas perspectivas pela consecução dos seus objectivos.

Tendo em atenção as nessas situações regionais respectivas, a consolidação de laços de base política com as organizações nacionalistas deve ser o prelúdio

ao alargamento da frente contra o inimigo comum - e imperialismo.

Assim, as mudanças em curso em ~~na Guiné Equatorial~~ <sup>na Guiné Equatorial</sup> e ~~na República da Guiné-Bissau~~ <sup>na República da Guiné-Bissau</sup> onde a administração colonial fez votar a lei-quadro, não deixarão de fazer progredir, em melhores condições, a luta das ilhas de ~~S. Tomé e Príncipe~~ S. Tomé e Príncipe.

A África austral é o terreno dum vasto choque entre o movimento de libertação africana e as diversas sociedades financeiras que entre si partilham o controle do sub-solo mais rico da terra. Não é portanto surpreendente que e advença da independência africana suscite nesta ~~região~~ <sup>região</sup> problemas ligados à manutenção dos privilégios económicos. Uma identidade de opções, num feixe de alianças, anima e conjuntem as forças que se batem na frente de ~~uma~~ luta pela proeminência da "dominação branca" sobre o último terço do continente.

Das convenções bilaterais, ~~concordando~~ <sup>estabelecendo</sup> o envio de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul, a presença de soldados portugueses entre os mercenários em operações no Congo, a "partnership" do governo de Salazar, neste bloco, não cessa de se manifestar activamente.

Uma solidariedade imperialista desta amplitude impõe às organizações ~~XXXX~~ nacionalistas d'África austral a necessidade duma sólida coordenação dos seus esforços.

Em torno da África do Sul, são Angola e Moçambique ~~que~~ <sup>que</sup> ~~se~~ <sup>se</sup> ~~destacam~~ <sup>destacam</sup> particularmente visados pelas ~~forças~~ <sup>forças</sup> ~~de~~ <sup>de</sup> ~~contra-revolução~~ <sup>contra-revolução</sup>.

Na ~~perspectiva~~ <sup>perspectiva</sup> ~~que~~ <sup>que</sup> ~~se~~ <sup>se</sup> ~~trata~~ <sup>trata</sup> e objectivo a atingir não é ~~XXXX~~ <sup>XXXX</sup> ~~sómente~~ <sup>sómente</sup> provocar o processo da descolonização, mas ~~criar~~ <sup>criar</sup> as condições para a emergência das forças revolucionárias, susceptíveis de vencer a coalisão imperialista.

II - A O. U. A.

A OUA pode ser considerada como o quadro de luta pela unificação ~~continental~~ <sup>continental</sup>. É evidente que a mobilização dos recursos naturais e humanos ~~ao~~ <sup>ao</sup> ~~serviço~~ <sup>serviço</sup> do progresso geral dos povos em todos os domínios ~~da~~ <sup>da</sup> ~~actividade~~ <sup>actividade</sup> humana, significaria claramente, a redução da influência imperialista e neo-colonialista sobre o continente.

A OUA reveste teóricamente um carácter instrumental da liquidação dos obstáculos que estão ainda de pé no caminho dos povos pela sua libertação total. É assim que a entendem os mais fervorosos defensores da unidade africana, os quais são ~~agualmente~~ <sup>agualmente</sup> ~~dirigentes~~ <sup>dirigentes</sup> das experiências sociais mais progressistas em África.

No seio da OUA, as tentativas de constituição de grupos de pressão procedem de países cujas afinidades políticas têm como ponto de referên-

cia a antiga potência colonial, - Tal é o caso da OCAM.

*Mas*  
~~Porque~~ a unidade africana possui uma dialéctica própria. Assim a CARTA de Addis-Abeba acelera a mutação revolucionária em direcção à unificação do continente contra as tendências centrífugas.

Esta Carta interessa-nos directamente uma vez que a eliminação do colonialismo sob todas as suas formas foi inscrita como um dos objectivos maiores (art.II-I.d) e que a dedicação sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos não ainda independentes foi erigida em princípio de Estado (art.III-6).

Noutros termos, a luta de libertação nacional é um ponto de convergência da unidade africana. ~~As~~ medidas inscritas sob o título da descolonização ~~do resultado~~ *do resultado* das nossas ~~diferentes~~ reivindicações junto dos governos africanos. ~~Chegados ao objecto africano em que um organismo dependente do secretariado da OUA é encarregado de harmonizar a assistência fornecida pelos Estados Africanos à nossa luta, é necessária uma rigorosa vigilância no sentido de manter intransigentemente nas mãos dos nossos povos, através das suas organizações nacionais, as iniciativas determinantes da marcha da nossa luta.~~

Conclusões

Esta breve análise da conjuntura africana à luz dos imperativos da nossa luta de libertação, permite-nos ~~placemos~~ as seguintes conclusões:

A) A presença activa dos nossos povos como forjadores da história contemporânea e do futuro da África é um facto incontestável. Transcendendo as fronteiras de cada uma das nossas terras ou do seu conjunto, a nossa luta armada de libertação adquire cada dia mais, foros dum acontecimento popular e africano, porque ela postula ~~uma~~ e sintetiza face ~~à~~ *reivindicação particular* ~~uma~~ *reivindicação* ~~retrógrada~~ *retrógrada* ~~de~~ *de* ~~colonização~~ *colonização* ~~portuguesa~~ a totalidade das reivindicações dos povos da Africa contra todas as formas de dominação estrangeira. Por outro lado, não podemos perder de vista - tão pouco a Africa o poderia fazer - que essa mesma luta exige aos nossos povos uma capitalização de energias e de sacrificios que só poderá encontrar compensação válida na libertação total das nossas populações de todas as formas de opressão.

Isso quer dizer que, no plano da prática devemos, por um lado, reforçar com base na ~~coordenação~~ *coordenação* ~~de~~ *de* ~~nossas~~ *nossas* ~~acções~~ *acções* ~~cada vez mais~~ a nossa luta armada de libertação nacional e estendê-la a todas ~~as~~ as parcelas da Africa dominada por Portugal; por outro lado, reivindicar sem reservas a solidariedade concreta dos Estados e ~~reivindicar~~ povos africanos ao nosso combate libertador.

B) O neocolonialismo é, na realidade, ~~o~~ o maior perigo que ameaça os países africanos independentes ou aqueles que, como os nossos, lutam ainda pela independência.

Com efeito, se é certo que Portugal não realizou nem realizará a tempo

as condições econômicas indispensáveis para uma solução neocolonialista nos territórios que domina, nem por isso os nossos povos estão livres desse perigo. A possibilidade da instalação do neocolonialismo nas nossas terras provém não só da ofensiva imperialista contra a <sup>independência real</sup> e o progresso dos povos africanos, mas também das próprias contradições da conjuntura africana.

Isso quer dizer que, na prática da nossa luta pela libertação e o progresso dos nossos povos, devemos ser capazes de elaborar uma ética comum na <sup>apreciação</sup> dos Estados africanos, <sup>assim como</sup> ~~e elaborar conjuntamente~~ uma política anti-neocolonialista para as nossas organizações. Essa política deverá, na sua linha geral, ser de <sup>sever</sup> ~~esta~~ intransigência em relação a todas as denúncias ou manobras neocolonialistas no seio das nossas organizações e nas nossas terras, e, enquanto durar a nossa luta, de adopção duma atitude de flexibilidade, mas de permanente vigilância, nas nossas relações com todas as entidades, africanas ou não-africanas, portadoras de hipóteses ou de influências neocolonialistas.

Devemos por outro lado saber alicerçar a solidariedade e mesmo as alianças necessárias com todas as forças africanas realmente contrárias ao neocolonialismo.

É na procura dessas alianças que se situam <sup>em particular, a necessidade de refazer</sup> a <sup>nossa</sup> ~~solidariedade~~ (e até a colaboração ou a coordenação de esforços) com os movimentos de libertação nacional dos outros <sup>territórios africanos</sup> ~~territórios~~, ainda sujeitos ao jugo colonial. Se o critério ~~de~~ <sup>de</sup> uma tal colaboração ou coordenação de acções deve ter em vista principalmente o enfraquecimento das forças colonialistas, ~~mas~~ não deve ~~no~~ <sup>entanto</sup> esquecer a necessidade fundamental de desmascarar as manobras neocolonialistas e de <sup>vencer</sup> ~~vencer~~ a <sup>co</sup> ~~co~~ <sup>di</sup> ~~di~~ <sup>ta</sup> ~~ta~~ imperialista, sobretudo na vizinhança dos nossos países.

C) A África deve unir-se. A própria aceitação universal desse princípio (veja-se o apoio unânime à Carta da OUA) põe o problema da forma e dos objectivos da unidade africana. Se ~~todos~~ <sup>todos</sup> estão de acordo na utilização desse meio para orientar, acelerar e consolidar as transformações a que a África está sujeita, as divergências são manifestas e múltiplas no que respeita à forma e às <sup>finalidades</sup> ~~finalidades~~ dessas transformações. Pode-se <sup>afirmar</sup> ~~afirmar~~ que, em última análise, o desfecho da luta ~~para~~ <sup>em</sup> pela unidade africana depende fundamentalmente da natureza dos Estados que os povos africanos foram capazes de forjar através essa mesma luta.

Isso quer dizer <sup>especificamente</sup> que, no plano da prática da nossa luta de libertação, devemos reforçar cada dia a consciência do valor da unidade <sup>indefectível</sup> ~~indefectível~~ do <sup>continente</sup> ~~continente~~ como elemento acelerador da construção do progresso dos povos africanos. Nessa certeza, devemos elevar constantemente ~~constantemente~~ ~~a~~ <sup>a</sup> consciência das massas populares, construir e consolidar a unidade nacional em cada uma <sup>das</sup> ~~das~~ <sup>nossas</sup> ~~nossas~~ <sup>países</sup> ~~países~~, reforçar a

as condições económicas indispensáveis para uma solução neocolonialista nos territórios que domina, nem por isso os nossos povos estão livres desse perigo. A possibilidade da instalação do neocolonialismo nas nossas terras provém não só da ofensiva imperialista contra a *independência real* e o progresso dos povos africanos, mas também das próprias contradições da conjuntura africana.

f. p. p. p.

Isso quer dizer que, na prática da nossa luta pela libertação e o progresso dos nossos povos, devemos ser capazes de elaborar uma ética comum na ~~libertação~~ <sup>apreciação</sup> dos Estados africanos, ~~elaborando conjuntamente~~ <sup>assim como</sup> uma política anti-neocolonialista para as nossas organizações. Essa política deverá, na sua linha geral, ser de ~~severa~~ <sup>severa</sup> intransigência em relação a todas as tendências ou manobras neocolonialistas no seio das nossas organizações e nas nossas terras, e, enquanto durar a nossa luta, de adopção duma atitude de flexibilidade, mas de permanente vigilância, nas nossas relações com todas as entidades, africanas ou não-africanas, portadoras de hipóteses ou de influências neocolonialistas.

Devemos por outro lado saber alicerçar a solidariedade e mesmo as alianças necessárias com todas as forças africanas realmente contrárias ao neocolonialismo.

É na procura dessas alianças que se situam *em particular, a necessidade de refazer a nossa subversão* ( e até a colaboração ou a coordenação de esforços) com os movimentos de libertação nacional dos outros *territórios africanos*, ainda sujeitos ao jugo colonial. Se o critério ~~de uma~~ <sup>de uma</sup> tal colaboração ou coordenação de acções deve ter em vista principalmente o enfraquecimento das forças colonialistas, ~~mas~~ não deve no entanto esquecer a necessidade fundamental de desmascarar as manobras neocolonialistas e de *vencer* ~~vencer~~ a ~~colaboração~~ <sup>colaboração</sup> imperialista, sobretudo na vizinhança dos nossos países.

C) A África deve unir-se. A própria aceitação universal desse princípio (veja-se o apoio unânime à Carta da OUA) põe o problema da forma e dos objectivos da unidade africana. Se ~~tudo~~ todos estão de acordo na utilização desse meio para orientar, acelerar e consolidar as transformações a que a África está sujeita, as divergências são manifestas e múltiplas no que respeita à forma e às ~~possibilidades~~ <sup>realidades</sup> dessas transformações. Pode-se ~~afirmar~~ <sup>afirmar</sup> que, em última análise, o desfecho da luta ~~para~~ pela unidade africana depende fundamentalmente da natureza dos Estados que os povos africanos foram capazes de forjar através essa mesma luta.

Isso quer dizer <sup>significa</sup> que, no plano da prática da nossa luta de libertação, devemos reforçar cada dia a consciência do valor da unidade <sup>profunda</sup> do ~~nosso continente~~ <sup>continente</sup> como elemento acelerador da construção do progresso dos povos africanos. Nessa certeza, devemos elevar constantemente ~~constantemente~~ a consciência das massas populares, construir e consolidar a unidade nacional em cada uma das ~~nossas~~ <sup>nossas</sup> ~~partes~~ <sup>partes</sup>, reforçar a



nossa acção comum tanto no presente como na criação de bases seguras para a sua continuidade no futuro, reconhecendo como *aliados* naturais todos os ~~países da comunidade africana~~ os que vêm no ~~processo~~ <sup>necessário</sup> da unidade africana um meio para ~~libertar~~ a libertação total do nosso continente de todas as <sup>formas de</sup> opressões.

Nessa perspectiva, devemos encarar a OUA e todos os seus órgãos especializados com a melhor compreensão e espírito de fraternal colaboração, ~~mas~~ <sup>no entanto</sup> devemos reter nas mãos dos nossos povos - das ~~suas~~ <sup>Suas</sup> organizações nacionais - a margem de independência que nos garanta a iniciativa tanto no quadro da ~~nostra~~ luta como no da procura de ~~solução~~ <sup>soluções</sup> para outros problemas dos nossos ~~povos~~. *Nossos* -